

UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – UNIJUÍ
VICE-REITORIA DE GRADUAÇÃO – VRG
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – CEaD



Coleção Educação a Distância
Série Livro-Texto

José Wesley Ferreira

SOCIOLOGIA DO TRABALHO



Editora UNIJUÍ

Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil
2012

© 2012, Editora Unijuí

Rua do Comércio, 1364

98700-000 - Ijuí - RS - Brasil

Fone: (0__55) 3332-0217

Fax: (0__55) 3332-0216

E-mail: editora@unijui.edu.br

Http://www.editoraunijui.com.br

Editor: Gilmar Antonio Bedin

Editor-adjunto: Joel Corso

Capa: Elias Ricardo Schüssler

Designer Educacional: Jociane Dal Molin Berbaum

Responsabilidade Editorial, Gráfica e Administrativa:

Editora Unijuí da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí; Ijuí, RS, Brasil)

Catálogo na Publicação:

Biblioteca Universitária Mario Osorio Marques – Unijuí

F383s

Ferreira, José Wesley.

Sociologia do trabalho / José Wesley Ferreira. – Ijuí : Ed. Unijuí,
2012. – 52 p. – (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

ISBN 978-85-419-0024-9

1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Sociologia do Trabalho - Modali-
dade EAD. I. Título. II. Série.

CDU : 316.334.22

Sumário



CONHECENDO O PROFESSOR.....	5
APRESENTAÇÃO	7
UNIDADE 1 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA MARXIANA	9
Seção 1.1 – O Trabalho e o Ser Social.....	9
Seção 1.2 – O Trabalho no Capitalismo	12
UNIDADE 2 – MODELOS DE GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	17
Seção 2.1 – A Transição do Modelo de Gestão Taylorista/Fordista Para o Modelo Flexível	17
Seção 2.2 – Contextualizando a Reestruturação Produtiva	25
UNIDADE 3 – A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO.....	29
Seção 3.1 – A Complexificação da Classe Trabalhadora	30
Seção 3.2 – Heterogeneidade como Condicionante para a Consciência de Classe dos Trabalhadores.	31
Seção 3.3 – A Sofisticação da Composição Orgânica do Capital	36
Seção 3.4 – A Expansão do Trabalho Imaterial.	39
Seção 3.5 – A Relação do Trabalho com as Formas Contemporâneas de Sociabilidade	41
UNIDADE 4 – ECONOMIA SOLIDÁRIA	45
Seção 4.1 – Origem e Princípios da Economia Solidária	45
Seção 4.2 – Economia Solidária e Desemprego	49
REFERÊNCIAS.....	51

Conhecendo o Professor



José Wesley Ferreira

Nasci em Carazinho há 31 anos; sou o filho mais velho de Milta Vieira Ferreira e José Aldo Ferreira (in memoriam). A convivência familiar com meus pais contribuiu muito para me tornar um ser humano sensível diante das injustiças sociais. Meu pai se tornou órfão aos 13 anos de idade, por isso foi afastado da vida escolar e passou a trabalhar como operário na cidade de Bento Gonçalves/RS com a finalidade de ajudar sua mãe no sustento dos demais irmãos. Nos finais de semana vendia lanches no centro da mesma cidade, como uma forma de aumentar a renda familiar. Nas fábricas nas quais trabalhava sofria preconceito racial e frequentemente mudava de emprego em razão de desentendimentos com os gerentes de produção. Como forma de se libertar da figura do “chefe”, tornou-se vendedor por conta própria. Revendia calçados fabricados em Novo Hamburgo na Região Sul. Eu costumava viajar com meu pai a trabalho e em várias ocasiões escutava ele falando: “não é possível tanta desigualdade, um dia vai ter que ter uma revolução.”



Já minha mãe é oriunda de uma comunidade no interior de Espumoso/RS, e para concluir o então Segundo Grau teve de se mudar para a cidade de Carazinho/RS, onde passou a trabalhar em uma casa de família na qual também residia. Concomitantemente fez um curso de auxiliar de enfermagem e começou a trabalhar no hospital da mesma cidade; assim, concluiu os estudos e pode ingressar na faculdade na qual se formou professora de História.

Ouvindo as histórias deles entendia que as pessoas não têm igualdade de condições para se inserir na sociedade e, principalmente, que eu estava em melhores condições que eles, portanto tinha o “dever” de estudar.

Com o objetivo de me qualificar para ingressar no mercado de trabalho, iniciei minha formação em Serviço Social na Universidade Luterana do Brasil/Campus Carazinho em agosto de 2000. Na época já era pai de um menino de um ano. Comecei a cursar Serviço Social sem saber direito o papel desse profissional. Imaginava que fosse um

especialista em burocracia ou alguma coisa por aí, mas para minha surpresa o curso tratava das desigualdades sociais que tanto me incomodavam e, além disso, tinha uma professora que falava da tal revolução que ouvia meu pai falar, então aí iniciou um processo de encantamento com a profissão e com a teoria marxiana.

Em janeiro de 2001 fui residir em Porto Alegre e transferi minha matrícula para a Ulbra/Canoas. Buscava aliar o útil ao agradável, pois em Porto Alegre trabalhava em uma loja no centro da cidade e ficava mais perto do orçamento participativo, do Fórum Social Mundial. Além disso, na capital existiam mais possibilidades de realizar estágios em Serviço Social, permitindo-me conhecer o trabalho dos assistentes sociais em diversos espaços ocupacionais.

Em 2002 comecei a realizar estágios extracurriculares concomitantemente com a formação em sala de aula, concluída em agosto de 2005. Após a Graduação, iniciei o Mestrado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/PUCRS, no qual estudei a relação teórico/prática no trabalho dos assistentes sociais. Após concluir o Mestrado surgiu a oportunidade de trabalhar em uma universidade localizada no sul da Bahia, na qual atuei como docente de fevereiro a agosto de 2008. Durante o período em que estive nessa universidade ela foi vendida; as relações de trabalho se tornaram mais precarizadas, o que fez com que eu pedisse demissão para voltar ao Rio Grande do Sul.

Ao retornar, participei do concurso público para me inserir no Programa de Residência Integrada em Saúde do Grupo Hospitalar Conceição. Tinha o desejo de fazer a residência porque sentia a necessidade de mais experiência na prática profissional como assistente social. Foram dois anos de intensa vivência e de muita aprendizagem, mas senti saudade da vida acadêmica, então iniciei o caminho de volta. Primeiro escrevi um artigo com os resultados de minha Dissertação e depois fiz a seleção para o Doutorado em Serviço Social na PUCRS, no qual fui aprovado.

Em março de 2011 realizei uma seleção para professor na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/Unijuí e iniciei minhas atividades laborais nessa universidade, concomitantemente com o Doutorado na PUCRS.

Os estudos sobre o trabalho são de suma importância para a compreensão da sociedade. Na perspectiva teórica marxiana, o trabalho se constitui como categoria ontológica do ser social, pois, por meio do trabalho os seres humanos se tornam autônomos na relação com a natureza, transformando as propriedades da natureza em produtos com valores de uso que permitem a satisfação de necessidades humanas. Então o trabalho se caracteriza como atividade fundante do ser social, pois é por intermédio dela que os seres humanos vão se distinguindo dos demais seres vivos não humanos. Nessa perspectiva, o trabalho confere humanidade ao homem e demarca sua capacidade racional de livre-escolha entre alternativas, permitindo o desenvolvimento da autodeterminação e da emancipação humana.

No modo de produção capitalista o trabalho concreto, produtor de valores de uso, é subordinado ao trabalho abstrato, produtor de valores de troca. A posse privada dos meios de produção impossibilita que o trabalho se materialize como uma atividade emancipadora. O trabalho se transforma em uma atividade alienada e degradante.

Os modelos de gestão dos processos de trabalho desenvolvidos durante a vigência do modo de produção capitalista, buscam adequar a produção aos imperativos da expansão dos valores de troca, ou seja, visam a intensificar a exploração do trabalho durante a jornada de trabalho.

O modelo taylorista/fordista predominou até os anos 70 do século 20. Seus pilares eram produção em massa para um consumo de massa, separação entre planejamento e execução e o trabalho fragmentado que exige pouca qualificação por parte dos trabalhadores executores. A necessidade de consumo de massa conduziu as empresas a estabelecer negociações com os sindicatos como uma forma de elevar o nível de vida dos trabalhadores que seriam responsáveis pela aquisição massificada de mercadorias.

Em decorrência da crise capitalista no início da década de 70, ocorre o esgotamento do modelo taylorista/fordista. A essência da crise estava nas dificuldades postas pelo aumento da capacidade de produzir, que não foi acompanhada da expansão dos mercados, o que, aliado aos avanços dos ganhos salariais dos trabalhadores, contribuiu para a queda da taxa de lucro.

Como resposta à crise capitalista, foi criado o modelo de gestão flexível do processo de trabalho. Suas características principais são a produção variada e vinculada à demanda e o trabalho operário realizado em equipe, com alternância de funções. Esse modelo de gestão se utiliza das novas tecnologias para reduzir o tempo socialmente necessário à produção de mercadorias e requer outro perfil de trabalhador, mais qualificado e capaz de exercer várias atividades durante a jornada laborativa. Tal modelo de gestão permite o aumento da produtividade com redução de

trabalhadores, o que gera o desemprego estrutural expresso no grande contingente de trabalhadores expulsos dos postos de trabalho em razão da introdução de tecnologias que os substituem. Muitos desses segmentos excluídos do mercado de trabalho buscam na economia solidária uma alternativa para a sobrevivência.

Além disso, as condições objetivas postas no processo produtivo sob o modelo de gestão flexível, geram obstáculos para a organização dos trabalhadores em torno de objetivos comuns, uma vez que fragmenta e complexifica a classe trabalhadora contemporânea. Esses processos contribuem para o desenvolvimento das teses que defendem o “fim da classe trabalhadora”, do trabalho e da centralidade da teoria do valor.

O processo de produção sob a vigência do capitalismo, no entanto, requer a interação do fator força de trabalho com outros fatores de produção para gerar lucro, pois sem essa interação se torna inviável a produção de mais valor ao finalizar o processo de trabalho. Por isso, atualmente os capitalistas também buscam se apropriar da subjetividade do trabalhador que interage com máquinas inteligentes que requerem trabalhadores qualificados para operá-las.

Então, podemos inferir que, ao invés do fim da classe trabalhadora, vem ocorrendo uma complexificação de tal classe, assim como estão sendo gestadas novas formas de exploração que buscam se apropriar não só da força física do trabalhador, mas também de sua inteligência.

O TRABALHO NA PERSPECTIVA MARXIANA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

A presente Unidade versa sobre o caráter contraditório que o trabalho assume na sociedade capitalista. O trabalho é uma atividade vital pela qual o homem se humaniza, desenvolve a sua sociabilidade e adquire autonomia intervindo na natureza por meio de sua ação propositiva, produzindo objetos que possuem utilidade social, adquirindo e refinando as suas habilidades. No capitalismo, entretanto, o trabalho pode se tornar uma atividade alienada e degradante, posto que o trabalhador é separado dos meios de produção, do planejamento e do resultado do seu trabalho e, por consequência, aliena-se como ser social e dos demais trabalhadores com os quais realiza o processo de trabalho.

AS SEÇÕES DESTA UNIDADE

Seção 1.1 – O Trabalho e o Ser Social

Seção 1.2 – O Trabalho no Capitalismo

Seção 1.1

O Trabalho e o Ser Social

Trabalho é o que permite fazer de um ovo uma omelete, de um tecido uma fantasia, de um barulho uma música (Henfil).

O trabalho é a atividade vital oriunda do dispêndio de energia física e mental, que visa à produção de bens e serviços, contribuindo para a reprodução da vida humana e societal. É um processo no qual participam o homem e o meio físico, em que o ser social controla e regula seu intercâmbio com a natureza, atuando sobre ela, transformando-a e modificando a si próprio (Marx; Engels, 1989).

Genérico social

Segundo Barroco (2001), humano genérico é a dimensão universal do indivíduo. Este é, ao mesmo tempo, singular e universal, pertencente ao gênero humano.

O homem movimenta as forças naturais de seu corpo com o intuito de se apoderar dos recursos da natureza, criando produtos úteis à humanidade. Além de provocar transformações sobre a natureza externa, o ser social modifica a sua própria natureza, descobrindo e desenvolvendo o seu potencial humano. O trabalho, portanto, é a relação dos homens com a natureza e entre si, na produção das condições necessárias a sua existência (Marx; Engels, 1989).

Sob a perspectiva marxiana, o homem objetiva-se pela produção e reprodução da vida material e humana, algo que se efetiva pelo trabalho. É por meio dessa atividade que o indivíduo se torna um ser social, diferenciando-se dos demais seres não humanos. O trabalho, então, é ontológico por ser fundante do ser social.



¹ Mediante o trabalho, o homem constrói sua autodeterminação, dando origem à sociabilidade, à consciência, à universalidade e à liberdade dos seres humanos ante os outros seres da natureza.

Dessa forma, o trabalho socializa o homem e possibilita que este desenvolva outras habilidades como a linguagem, uma vez que essa atividade não é uma ação isolada, e sim social, produzida nas relações humanas (Barroco, 2001).

No movimento relacional entre a natureza e o homem, este se humaniza e se constrói como ser **genérico social**. O trabalho permite ao homem o domínio sobre a natureza, pois, além de modificá-la por intermédio da atividade direcionada a um fim, o homem transforma os objetos nela existentes em outros produtos com utilidade social (Marx; Engels, 1989; Barroco, 2001). Pelo trabalho, o homem não transforma apenas os recursos naturais do meio físico, mas as suas potencialidades, que fazem parte de sua natureza humana, desenvolvendo a sua sociabilização e a sua humanização, que, também, são de extrema utilidade social, considerando que permitem a vida em sociedade.

¹ Disponível em: <<http://edsonmachado.net/2012/07/03/saiba-como-usar-as-midias-sociais-para-conseguir-emprego/>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Nesse processo, em que há transformação tanto dos homens quanto da natureza, o trabalho é considerado um elemento desencadeador de modificações objetivas e subjetivas. Ele determina a autoconsciência e a autodeterminação, e denota a capacidade racional libertadora do homem em tomar decisões e superar limites, concretizando suas escolhas nos produtos de seu trabalho (Barroco, 2001).

O trabalho produz objetos que não estão dados na natureza, mas são frutos da ação humana que emprega propriedades do meio físico, como ocorreu no momento histórico em que o homem descobriu o fogo pelo intercâmbio com propriedades que estavam presentes na natureza. Ao modificar o meio físico, utilizando seus recursos para produzir fogo, o homem também se modificou, pois pôde cozinhar seus alimentos e concretizar uma série de outras finalidades, por exemplo, espantar animais predadores (Barroco, 2001).

Nessas transformações são produzidos valores que não existem nos objetos em si, pois as propriedades da natureza que possibilitaram a produção do fogo não tinham o mesmo valor antes de transformadas em fogo por meio da atividade humana. O homem, além de objetos, produz relações, se autoproduz e cria novas formas de sociabilidade.

Quando o homem cria um produto mediante o trabalho, ele se reconhece no produto, pois este é previamente imaginado em sua mente antes de ser transformado. Por isso, o trabalho é uma atividade direcionada, pela qual o homem objetiva a sua intencionalidade e cria objetos com valores de uso para satisfazer as suas necessidades e as dos demais:

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar a sua vontade (Marx; Engels, 1989, p. 202).

Dessa forma, a projeção antecipada é o diferencial do trabalho humano, que é uma ação pela qual o homem se autoconstitui e se torna livre para colocar a natureza a sua disposição. Enfim, o trabalho que o ser humano produz é teleológico, posto que sua ação é feita com consciência e possui uma finalidade.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso (Marx; Engels, 1989, p. 54).

O trabalho possui duplo sentido, podendo ser concreto (*work*) e abstrato (*labour*). Na dimensão concreta, o trabalho é genérico-social, uma vez que é uma atividade que produz valores de uso, capaz de satisfazer às necessidades humanas. A dimensão abstrata do trabalho está voltada para a realização das atividades alienadas, esvaziadas de significado humano e social (Marx; Engels, 1989).

O trabalho produz coisas reconhecidamente úteis e necessárias, transforma o homem em ser social, proporcionando o seu autodesenvolvimento. No modo de produção capitalista, contudo, o trabalho humano é reduzido à produção de mercadorias e à valorização do capital, adquirindo, portanto, um caráter ambivalente.

Seção 1.2

O Trabalho no Capitalismo

Na sociedade capitalista, a posse privada dos meios de produção impossibilita que o trabalho se materialize como uma atividade emancipadora, e os trabalhadores ficam alienados ao objeto que eles mesmos criam, na relação da atividade consigo mesmo e com os outros. A partir do instante em que o trabalhador é afastado dos meios de produção e, conseqüentemente, do planejamento e do resultado de seu trabalho, essa cisão provoca uma relação de estranhamento que não permite que a riqueza produzida socialmente seja apropriada pelos seus produtores (Marx, 2004). O próprio indivíduo transforma-se em objeto, e os objetos passam a valer como coisas (Barroco, 2001).

Segundo Marx (2004), são vários os níveis de alienação que ocorrem durante os processos de trabalho: a do trabalhador em relação a si mesmo, com o produto do seu trabalho, e, em relação aos demais trabalhadores. A alienação do trabalhador, em relação ao produto, ocorre quando ele não tem alcance ao que ele mesmo produz e não se identifica no que faz. A alienação do trabalhador, em relação ao processo de produção, acontece quando o trabalhador não determina o que e como fazer; já a do trabalhador, em relação a si próprio, ocorre quando o trabalho se torna algo penoso, não possibilitando a realização pessoal; a alienação do trabalhador com os demais trabalhadores ocorre quando os vínculos de cooperação e solidariedade são substituídos pela competitividade.

Marx (2004) afirma que quanto mais o trabalhador produz, menos ele vale, pois há uma supervalorização do mundo das coisas e uma depreciação do mundo dos homens, estabelecendo-se uma relação reificada/coisificada entre os seres sociais, uma vez que o vínculo social entre os homens se transforma em uma relação social entre as coisas. O trabalho produz mercadorias e faz do trabalhador uma mercadoria. O objeto que ele cria lhe aparece como um poder estranho, pois o produto adquire vida autônoma do produtor. O autor assim define o processo de alienação:

[...] o trabalhador se relaciona com o produto do seu trabalho como a um objeto estranho. Com base nesse pressuposto, é claro que quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria diante de si, mais pobre ele fica na sua vida interior, menos pertence a si próprio [...] A alienação do trabalhador no seu produto significa não só que o trabalho se transforma em objeto, assume uma existência externa, mas que existe independentemente, fora dele e a ele estranho, e se torna um poder autônomo em oposição a ele; que a vida que deu ao objeto se torna uma força hostil e antagonica (Marx, 2004, p.112).

Desse modo, o produto do trabalho é materializado no objeto, transformado em uma coisa física que adquire independência em relação ao trabalhador, processo que é denominado como a alienação do trabalho. Na sociedade capitalista, o trabalho aparece como algo estranho ao trabalhador, pois o produto do seu trabalho é algo que não lhe pertence e é apropriado pelos capitalistas, que são os proprietários dos meios de produção e controlam o sistema produtivo.

O trabalho alienado possui várias implicações, aliena a natureza do homem e aliena o homem de si mesmo, de sua posição ativa, de sua atividade vital, de seu próprio corpo e de sua vida espiritual. Devido à alienação do trabalho, o ser humano aliena-se do seu produto de trabalho e de outros seres humanos. Ou seja, o homem está alienado da sua vida genérica e de outros homens que também estão alienados da vida humana, ocorrendo o predomínio da concorrência sobre a cooperação e do individual sobre o coletivo (Marx, 2004).

No capitalismo, a liberdade de escolha dos trabalhadores é restrita, pois eles ficam impossibilitados de pensar no seu processo de trabalho, assim como de se apropriar dos frutos do mesmo. O trabalho é a condição de subsistência dos trabalhadores e, nessa ótica, os mesmos trabalham para sobreviver e sobrevivem para trabalhar.

Esse processo ocorre porque o capitalista paga ao trabalhador um salário que equivale ao montante necessário para sua subsistência, isto é, o capitalista paga o necessário para reproduzir a classe trabalhadora. O salário é um custo necessário para a manutenção da força de trabalho. Ao receberem uma remuneração que lhes confere somente o necessário à subsistência, os trabalhadores deixam de viver como seres humanos livres, vivendo somente para o trabalho. As

Mais-valia

A extração de mais-valia é a forma específica que assume a exploração sob o capitalismo. É resultante do fato de a força de trabalho produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que o trabalhador recebe como salário. Pode assumir duas formas: a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A primeira se efetiva com o prolongamento da jornada de trabalho além do necessário para o trabalhador garantir a sua subsistência, com a apropriação pelo capital do trabalho excedente. A segunda se realiza com o prolongamento de tempo de trabalho excedente e a condensação do trabalho necessário, por meio do uso da tecnologia que possibilita produzir em menos tempo o equivalente ao salário (Bottomore, 2001).

condições impostas pela sociedade capitalista à classe trabalhadora fazem com que a mesma se reproduza de geração para geração, mantendo as condições para produção e reprodução da ordem social capitalista.

Nos dois sentidos, portanto, o trabalhador torna-se servo do objeto; em primeiro lugar, pelo fato de receber um objeto de trabalho, isto é, de receber trabalho; em seguida, pelo fato de receber meios de subsistência. Desse modo, o objeto capacita-o para existir, primeiramente como trabalhador, em seguida, como sujeito físico. A culminação de tal servidão é que ele só pode manter-se enquanto sujeito físico, enquanto trabalhador e só é trabalhador enquanto sujeito físico (Marx, 2004, p. 160).

Na sociedade capitalista, o trabalho não pertence ao trabalhador e sim ao burguês, que se apropria dos frutos do trabalho. Nesse contexto, o trabalhador é reduzido a mais um elemento componente do processo produtivo. A criação de riqueza se dá pela exploração do trabalhador. O trabalho humano se torna uma mercadoria, ocorrendo um movimento de alienação que tem origem na separação entre os trabalhadores e os produtos por eles realizados, o que é decorrente da posse privada dos meios de produção pelos capitalistas.

Os capitalistas aplicam seu dinheiro em fatores de produção necessários para produzir mercadorias. Esses fatores de produção dividem-se em capital constante e variável. O capital constante é formado pelos meios de produção e matérias-primas, já o capital variável constitui-se como a força de trabalho que, em interação com os meios de produção e matérias-primas, possibilitará a produção de mercadorias. O valor pago pelo burguês para adquirir capital constante é repostado integralmente, já o valor pago pela força de trabalho é pago parcialmente, ou seja, o trabalhador não recebe por todas as horas em que esteve trabalhando. As horas não pagas ao trabalhador formam a **mais-valia** que é o lucro do capitalista. O preço pago pela força de trabalho é o montante de dinheiro necessário para a manutenção do trabalhador e sua família (Marx, 2004).

A contradição posta no capitalismo é nítida. Quanto mais as tecnologias ficam potentes, mais frágeis se tornam as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Quanto mais eles produzem,

maior é a sua pobreza e a sua vulnerabilidade, pois não têm acesso à abundância produzida pelo seu trabalho. Por outro lado, os donos dos meios de produção ficam cada vez mais poderosos, uma vez que não socializam a riqueza produzida pela classe trabalhadora.

Claro, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz a privação para os trabalhadores. Produz palácios, mas casebres para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores para um trabalho bárbaro e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e o cretinismo para os trabalhadores (Marx, 2004, p. 161).

Dessa forma, a exploração do trabalho pelo capital produz a desigualdade social, o que origina a questão social. Esta se distingue de outras demandas sociais precedentes à ordem burguesa, justamente pelo fato de que na sociedade capitalista, na mesma proporção em que se produz riqueza, se produz o pauperismo da classe trabalhadora (Netto, 2001). A pressão dos trabalhadores faz o contraponto – as resistências. A classe trabalhadora organizada, pressionando, obriga o Estado a assumir as demandas dessa classe como questão social.

SÍNTESE DA UNIDADE 1



Nesta Unidade estudamos o trabalho a partir de sua dupla dimensão, como atividade pela qual o homem se autodetermina e se transforma em um ser social, distinguindo-se dos demais seres vivos e como atividade alienada quando subordinada às finalidades do modo de produção capitalista.

MODELOS DE GESTÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

Esta Unidade versa sobre o avanço do capitalismo e o desenvolvimento de formas de gestão dos processos de trabalho com o intuito de adequar a produção aos interesses dos capitalistas. Nesse processo, quanto mais o trabalho se torna sofisticado pela incorporação de máquinas no processo produtivo, mais se degradam as condições de vida do trabalhador. As formas de gestão do trabalho desenvolvidas pelo capitalismo são os modelos taylorista/fordista e a gestão flexível (acumulação flexível), que surgiu a partir da necessidade de reestruturação capitalista.

AS SEÇÕES DESTA UNIDADE

Seção 2.1 – A Transição do Modelo de Gestão Taylorista/Fordista Para o Modelo Flexível

Seção 2.2 – Contextualizando a Reestruturação Produtiva

Seção 2.1

A Transição do Modelo de Gestão Taylorista/Fordista Para o Modelo Flexível

O taylorismo é um modelo de gestão do processo de trabalho que se organiza com base na separação entre as funções de planejamento e execução, na segmentação e na especialização das tarefas e no controle dos tempos e movimentos empregados para a realização das mesmas. Preocupa-se com o controle e a disciplina dos trabalhadores com o objetivo de eliminar a sua autonomia e, conseqüentemente, o tempo ocioso durante a produção, a fim de garantir a elevação da produtividade no trabalho (Cattani, 2002).

Taylor

Foi quem deu início à sistematização e ao desenvolvimento dos princípios de racionalização produtivista do trabalho.

Os princípios da gestão taylorista foram idealizados, no final do século 19, pelo engenheiro norte-americano **Taylor**, que considerava a autonomia dos produtores diretos (trabalhadores), no processo produtivo, um obstáculo para a organização capitalista, pois acreditava que, se eles definissem a sequência e o ritmo do trabalho, ocorreria uma multiplicidade quanto à forma de produzir. Sendo assim, intensificaram-se as tentativas de diminuir o domínio operário sobre a produção (Cattani, 2002).

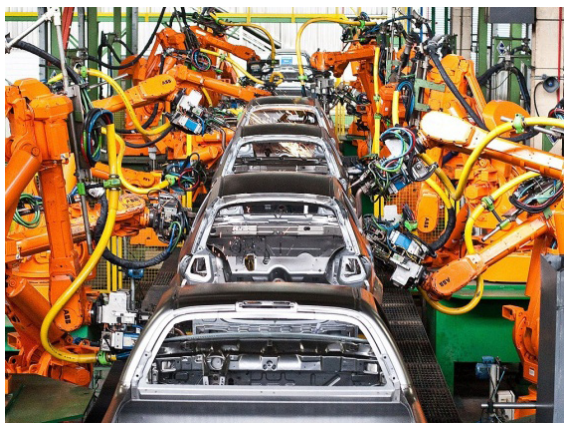
Em síntese, dentre os princípios do taylorismo, destacam-se a cisão programada da concepção e planejamento das tarefas executórias, ou seja, o trabalho intelectual não faz parte das oficinas de trabalho, sendo centralizado na administração superior; ocorre a intensificação da divisão do trabalho e a eliminação do tempo (ocioso) não dedicado ao trabalho durante a jornada laborativa, por meio do controle dos tempos e movimentos, pela utilização de planilhas e cronômetros, como forma de reduzir os movimentos desnecessários à execução do trabalho, decomposto em parcelas para atingir modos mais rápidos e eficientes de executá-lo, o que culminaria no aumento da produtividade (Cattani, 2002).

No taylorismo, a divisão do trabalho dava-se entre os trabalhadores especialistas que se encontravam na direção (engenheiros, cronometristas e contramestres) e os trabalhadores do chão da fábrica que executavam as tarefas fragmentadas elaboradas pelos outros. Sob esta forma de gestão do processo de trabalho, os trabalhadores alienaram-se do planejamento de sua ação laborativa, assim como do resultado final do trabalho (Cattani, 2002).

O sistema de organização taylorista, portanto, intensificou o trabalho alienado e não propiciava a emancipação humana por intermédio do trabalho, posto que este era reduzido a sua parcelização, tornando-se uma atividade rotinizada, monótona, extenuante e sem sentido para quem a realizava. O taylorismo e o fordismo são marcos da Segunda Revolução Industrial, cujas características foram a substituição do vapor pela eletricidade, a descoberta do motor de combustão, a transformação do ferro em aço, entre outras descobertas, envolvendo inovações materiais e tecnológicas.

O fordismo é o sistema de gestão e produção de trabalho proposto por **Henri Ford** no início do século 20, e possui algumas semelhanças com o taylorismo, como a separação entre o planejamento e execução, e o trabalho fragmentado e simplificado que exige pouca capacitação por parte dos trabalhadores executores. De certo modo, eles perdem suas qualificações, que passam a ser incorporadas à máquina. No taylorismo, o ritmo dos trabalhadores era controlado pelos cronômetros e pela eliminação dos movimentos desnecessários à produção; no fordismo, o ritmo do trabalho era determinado pela velocidade da esteira (Larangeira, 2002).

A produção fordista é orientada para um consumo em massa e requer a existência de uma população com poder de compra. Sua estratégia consiste em aumentar a produção e diminuir os preços, prevendo que tal medida promova o crescimento do consumo e, conse-



qüentemente, proporcione maiores lucros aos proprietários dos meios de produção.

¹ A produção fordista é orientada para um consumo em massa e requer a existência de uma população com

poder de compra. Sua estratégia consiste em aumentar a produção e diminuir os preços, prevendo que tal medida promova o crescimento do consumo e, conseqüentemente, proporcione maiores lucros aos proprietários dos meios de produção. Tal forma de gerir o processo de trabalho ocorre, principalmente, em grandes empresas produtoras de bens duráveis, tecnicamente mais complexos, tendo em vista a produção padronizada para a aquisição massificada.

A necessidade de um mercado consumidor massivo conduzia as indústrias a incluírem, na sua pauta de atuação, a negociação com os sindicatos como uma forma de assegurar a elevação dos níveis de vida dos trabalhadores que seriam os consumidores das mercadorias

Henry Ford

Foi o responsável pela implantação do fordismo, sistema de gestão e produção que se uniu ao taylorismo.

¹ Disponível em: <http://lokathoughts.blogspot.com.br/2012_03_01_archive.html>. Acesso em: 30 jul. 2012.

produzidas em grande escala. O fordismo possui uma abrangência que ultrapassa os limites fabris, incorporando estratégias de negociação com sindicatos para aumentar a renda da população e tornar os trabalhadores clientes das indústrias. A gestão fordista gerou a necessidade de um Estado intervencionista, criador de políticas que possibilitassem à classe trabalhadora a utilização dos salários para o consumo de produtos (Larangeira, 2002).

Sob a alternância partidária, ora com a social-democracia ora com os partidos diretamente burgueses, esse "compromisso" procurava delimitar o campo da luta de classes, onde se buscava a obtenção dos elementos constitutivos do *welfare state* em troca do abandono, pelos trabalhadores, de seu projeto histórico-societal (Antunes, 2005, p. 38).

Nesse período o movimento operário social-democrático transformou-se em uma engrenagem do poder capitalista, e os trabalhadores foram abdicando do projeto mais radical de transformação do modo capitalista de produção em nome das conquistas obtidas no modelo de regulação keynesiano. As negociações entre sindicatos e patrões requeriam conhecimento técnico em matéria jurídica e contábil o que foi burocratizando a atuação das organizações sindicais (Antunes, 2005).

O fordismo não se efetivou plenamente nos países periféricos, pois a exclusão resultante da forte concentração de renda impossibilitou a criação de um mercado consumidor em massa. Dessa forma, o compromisso com a elevação do nível de vida dos trabalhadores não ocorreu no Brasil. Nos países periféricos, o fordismo recebeu a qualificação de fordismo periférico, fordismo incompleto ou fordismo autoritário, pois se estabeleceu em um contexto em que a população detinha baixos índices de escolaridade e trabalhava recebendo baixos salários em postos de trabalho com alta rotatividade. Esses fatores impediam que a massa trabalhadora consumisse os produtos fabricados em grande escala (Larangeira, 2002).

O modelo fordista e o Estado de Bem-Estar Social serviram de base para um período de intenso crescimento econômico nos países capitalistas avançados e, em certa medida, nos países capitalistas periféricos, como o Brasil, onde o Estado absorveu a demanda da classe trabalhadora com a criação dos direitos trabalhistas. É importante destacar que o Estado não concedeu direitos por mera benevolência, uma vez que houve uma pressão da classe trabalhadora e o acirramento da contradição, mesmo que em menor intensidade, se comparado aos levantes ocorridos no cenário Europeu.

Conforme Coutinho (1997), a cidadania não é algo dado aos indivíduos, mas sim o resultado da luta protagonizada pelas classes subalternas, por isso os direitos sociais não se constituem, somente, como concessões vindas de cima, mas como conquistas oriundas de pressões sociais que se articulam de baixo para cima, sob a autoria da classe trabalhadora.

Tal modelo apresenta sinais de crise ainda nos anos 70 do século 20, período em que houve certa estagnação e decréscimo do crescimento econômico, o que pode ser traduzido como redução das taxas de lucro e, obviamente, da acumulação capitalista. As principais razões apontadas para a crise da década de 70 são: queda da taxa de lucro, devido, entre outras causas, ao aumento do preço da mão de obra, decorrente das reivindicações da classe trabalhadora; hipertrofia da esfera financeira que já predominava sobre a esfera produtiva; maior concentração de capitais devido às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas; a crise do Estado de Bem-Estar Social, o que acarretou o decréscimo dos custos sociais em detrimento do capital privado; incremento significativo das privatizações concomitante às flexibilizações do processo produtivo e da força de trabalho (Antunes, 2003, 2005).

A partir da crise estrutural do capital e de sua aguda recessão, é iniciado um processo de transição que visa à reestruturação capitalista. Segundo a **ideologia neoliberal**, a origem da crise era atribuída à intervenção estatal, como confirma Anderson (2003, p. 10):

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.

Sendo assim, simultaneamente às transformações no universo do trabalho, o ideário neoliberal passa a ser seguido pelos países capitalistas, promovendo a reestruturação produtiva e a redução do Estado de Bem-Estar a Estado mínimo. Este, ao invés de garantir direitos sociais (saúde, educação, habitação, trabalho, etc.), assegura a liberdade ao mercado.

O processo de reestruturação produtiva foi desencadeado como resposta à crise estrutural do capital, tendo como objetivo a recuperação do seu ciclo reprodutivo. O propósito era reestruturar o capital sem transformar os pilares do modo de produção capitalista. Para tanto, era preciso reestruturar o padrão produtivo estruturado

Neoliberalismo

“O neoliberalismo surgiu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar” (Anderson, 2003, p. 9).

Toyotismo

“Expressa a forma particular de expansão do capitalismo monopolista do Japão no Pós-45, cujos traços principais são: produção flexível, existência de grupos ou equipes de trabalho utilizando-se crescentemente da microeletrônica e da produção informatizada. A produção é bastante heterogênea, os estoques são reduzidos e há forte processo de terceirização e precarização do trabalho” (Antunes, 1999, p. 19).

a partir do taylorismo/fordismo, procurando a reposição dos níveis de acumulação existentes no período anterior à crise, mais especificamente no pós-1945, utilizando-se de novos e velhos mecanismos de acumulação (Antunes, 2005).

Para responder à crise capitalista, vêm ocorrendo várias mudanças no processo de produção do capital e no modo como os trabalhadores realizam seu trabalho. Uma mudança que ganhou destaque foi o expressivo aumento tecnológico, juntamente com o processo de introdução da gestão flexível, que teve como referência o **toyotismo**.

As características principais do toyotismo, conforme Antunes (1999, 2003, 2005), são: sua produção é variada e vinculada à demanda; o trabalho operário é realizado em equipe, com alternância de funções; fundamenta-se no princípio *just in time*, ou seja, o aproveitamento máximo do tempo de produção, com a adoção do sistema *kanban*, placas ou senhas de comando que visam à reposição mínima de peças e de estoque; a fábrica/empresa horizontaliza o processo produtivo e transfere a terceiros o que antes era produzido no seu interior; mediante círculos de qualidade, há uma nova apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital, o que era desprezado nas formas de gestão taylorista e fordista.

Nos países periféricos, como o Brasil, as formas modernas passam a conviver com as formas arcaicas, uma vez que a alta tecnologia soma-se ao trabalho infantil, escravo, informal, etc., radicalizando a questão social. Então, a reestruturação produtiva não possui como característica somente as mudanças nos processos técnicos de trabalho nas empresas, posto que no Brasil a reestruturação é abrir capital, privatizar empresas estatais, terceirizar, demitir trabalhadores e aumentar a produtividade em até 100%. A marca da reestruturação produtiva, no país, é a diminuição dos postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores da economia formal e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, sem carteira assinada, tornando-se vítimas do desemprego, em suas várias formas (Mota; Amaral, 2000). Em suma, a reestruturação produtiva é uma

expressão particular de um movimento internacional, marcado pela globalização e pela difusão do pensamento neoliberal, esta estratégia consolida-se, no Brasil, como estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a (des)responsabilização do estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de idéias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras (Mota; Amaral, 2000, p.35).

Desse modo, a reestruturação produtiva, além de alterar o modelo de gestão da produção, modifica a forma do Estado gerir o social e fragmenta a organização da classe trabalhadora, impedindo que os trabalhadores se reconheçam como iguais. Nesse processo, as conquistas históricas dos trabalhadores perdem a base social que lhe confere legitimidade, ou seja, a sua organização a partir da sua identidade de classe.

São inúmeras as consequências da reestruturação capitalista embasada na acumulação flexível, pois tais mudanças acarretaram a diminuição do proletariado fabril que se desenvolveu durante o predomínio dos outros padrões de acumulação citados anteriormente. Além disso, emergiu um novo proletariado mais qualificado que, juntamente com o subproletariado fabril e de serviços, forma a heterogênea classe operária contemporânea. Os trabalhadores tornam-se cada vez mais precarizados (Antunes, 1999, 2003, 2005).

A precarização do trabalho, segundo Galeazzi (2002), inclui pelo menos dois aspectos, que é a ausência ou diminuição de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade.

A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição ao “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados e subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (Ianni, 1999, p. 20).

Com a reorganização do trabalho, o desemprego deixa de ser **friccional** e passa a ser **estrutural**, os trabalhadores competem para conseguir e preservar empregos, há o desaparecimento de algumas funções e a aparição de novas, ocorrendo uma expulsão da mão de obra excedente. Além disso, há um enfraquecimento significativo da classe trabalhadora e da ação sindical.

Desemprego friccional

“Sua ocorrência se dá devido ao desajuste ou ausência de mobilidade entre a oferta e a procura, quando empregadores que possuem vagas desconhecem a existência de mão-de-obra disponível, e trabalhadores desempregados desconhecem as ofertas reais de trabalho” (Sandroni, 2003, p.168).

Desemprego tecnológico ou estrutural:

“origina-se em mudanças na tecnologia de produção – aumento da mecanização e automação – ou nos padrões de demanda dos consumidores, o que faz com que algumas indústrias e profissões tornem-se obsoletas, provocando o surgimento de novas: nas duas situações, um número expressivo de trabalhadores fica desempregado a curto prazo, enquanto uma minoria é valorizada pela sua mão-de-obra” (Sandroni, 2003, p. 168).

Quanto à gestão da força de trabalho, observa-se que é imprescindível estreitar o distanciamento hierárquico entre trabalhadores e empresários. Tal medida tem em vista o envolvimento e o comprometimento por parte dos trabalhadores com as estratégias e metas empresariais, preparando-os para lidar com problemas e imprevistos no decorrer do processo produtivo (Kameyama, 2000).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à qualificação da força de trabalho. Nessa nova fase de acumulação, o capital, além de buscar a capacitação técnica dos trabalhadores, busca a mobilização de subjetividades como elemento indispensável ao consentimento passivo à exploração. Então, a subjetividade passa a ser útil à produção capitalista (Kameyama, 2000).

Devido ao padrão de acumulação flexível, há modificações nas condições sociais e técnicas de organização do trabalho, tornando o trabalhador polivalente, possibilitando perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, mas também acentuando a tecnificação e a potencialização da força produtiva do trabalho. O trabalhador é obrigado a se adequar às novas exigências da produção de mais-valia. Tanto a flexibilização do trabalho quanto a do trabalhador, é comandada por um novo padrão de racionalidade do processo de reprodução ampliada do capital, lançado em escala global (Ianni, 1999).

Como consequência da acumulação flexível, há precarização e desregulamentação do trabalho feminino, e ainda ocorre a exclusão dos trabalhadores jovens do mercado de trabalho. As mutações que têm ocorrido no mundo do trabalho geraram uma classe trabalhadora dividida entre trabalhadores qualificados e desqualificados, do setor formal e informal, jovens e velhos, estáveis e precários, etc. (Antunes, 2003).

A acumulação flexível caracteriza a Terceira Revolução Industrial, em que há o surgimento de novas formas e setores de produção, incremento tecnológico microeletrônico que inclui novas formas de automação e robótica. Novas especializações são criadas, ocorrendo a combinação entre trabalho manual e intelectual, e há criação de novas formas de fornecimento de produtos; enfim, aconteceram diversas inovações nos âmbitos organizacional, tecnológico e comercial (Antunes, 1999; Ianni, 1999).

A reestruturação produtiva tem gerado o agravamento da questão social. A radicalização das desigualdades sociais manifesta-se, dentre outras formas, pela existência de 100 milhões de habitantes, nos países do primeiro mundo, que vivem abaixo da linha da pobreza. Diretamente relacionado ao aumento da pobreza, decorrente da reestruturação capitalista, está o aumento do desemprego, que em 1996 chegou a 35 milhões nos países centrais e, assim, a desigualdade atingiu um patamar nunca registrado no século 20 (Pereira, 1999).

Esses processos que ocorrem em âmbito estrutural (reestruturação produtiva) e conjuntural (políticas neoliberais) intensificam as desigualdades sociais, produzindo a nova pobreza resultante dos processos sociais contemporâneos. Estes geram o desemprego estrutural e a despolitização do trato da questão social pela instalação das políticas sociais de cunho neoliberal, desregulamentando direitos conquistados historicamente (Iamamoto, 2005).

Realização da mercadoria

A realização é etapa posterior à produção, refere-se à circulação da mercadoria, a sua venda no mercado, sem a qual não é possível produzir mais-valia.

Seção 2.2

Contextualizando a Reestruturação Produtiva

A crise capitalista, em razão da queda da taxa de lucros no início da década de 70, teve múltiplas causalidades, mas aparentemente tal recessão do crescimento econômico foi concebida como decorrente do esgotamento do modelo taylorista/fordista e do Estado de bem-estar social. A essência da crise, no entanto, estava no sistema de metabolismo social do capital, pois o aumento da capacidade de produzir acarretou dificuldades para o movimento de circulação da mercadoria (Antunes, 2005).

O aumento da capacidade de produção, então, não foi acompanhado da expansão dos mercados, o que contribuiu para a queda da taxa de lucros em razão dos entraves postos pela concorrência intercapitalista ao processo de **realização da mercadoria**.

Produtividade do trabalho

Capacidade de produção em um tempo socialmente determinado pela concorrência intercapitalista. Os empresários precisam inovar em tecnologias que contribuam para que a produção se intensifique em um tempo menor. Na medida em que um empresário inova no sentido de produzir mais em um tempo menor, os outros devem se adequar a essa mudança, pois, caso contrário, tendem a perder a concorrência num determinado ramo de mercado.

A corrida pelos superlucros durante os anos de ouro do capitalismo esteve centrada no aumento da **produtividade do trabalho**, o que levou os capitalistas a darem início à revolução tecnológica permanente, movida pela intensificação da concorrência em torno do diferencial da produtividade em um mesmo ramo de produção (Behring; Boschetti, 2008).

A perseguição dos superlucros é sempre a busca pelo diferencial de produtividade do trabalho e, como conseqüência, a fuga a qualquer nivelamento da taxa de lucros [...] temos que uma de suas características principais foi a busca contínua de rendas tecnológicas derivadas da monopolização do progresso técnico, direcionada à diminuição dos custos salariais diretos, e cuja expressão maior é a automação (Behring; Boschetti, 2008, p. 113-115).

A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, aliada à concorrência intercapitalista, contribuiu para intensificar o problema da circulação da mercadoria, pois os trabalhadores desempregados deixaram de ser consumidores das mercadorias produzidas por eles mesmos outrora.

O que impede no fundo a taxa de mais-valia de subir indefinidamente é a necessidade de escoamento e, portanto uma condição que se situa na esfera da circulação, e é de resto por isso que a taxa de lucro é uma grandeza sintética que exprime não só as modalidades de produção de mais-valia, mas também de sua realização (Husson, 1999, p. 26).

Diante da incapacidade da economia real garantir uma taxa de lucro satisfatória, ocorreu o deslocamento do capital para as finanças. A origem do crescimento do capital financeiro está na estagnação do setor manufatureiro em razão do excesso de produção fabril decorrente da competição internacional (Antunes, 2005).

Esses fatores, aliados à elevação do preço da força de trabalho durante o período fordista, incidiram em uma queda da taxa de lucro. Tal crise teve, portanto, múltiplos fatores originados na própria dinâmica destrutiva do capital e não no modo de regulação keynesiano.

Houve uma resposta contundente do capital à queda da taxa de lucro da década de 1970. Os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional da produção, tratada na literatura disponível como reestruturação produtiva (Behring; Boschetti, 2008, p. 124).

Iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema político de dominação por meio do advento do neoliberalismo, da privatização do Estado e da desregulamentação dos direitos do trabalho, seguido da reestruturação da produção, visando a retomar o crescimento da taxa de lucro (Antunes, 2005).

Esse período caracterizou-se também – e isso é decisivo – por uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante o apogeu do fordismo. [...] esse novo quadro crítico tinha um de seus pólos centrais localizado no setor financeiro, que ganhava autonomia (ainda que relativa) dentro das complexas inter-relações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo. Tudo isso num cenário caracterizado pela desregulamentação e expansão dos capitais, do comércio, da tecnologia, das condições de trabalho e emprego. [...] a própria recessão e a crise do processo produtivo possibilitava e incentivava a expansão dos capitais financeiros especulativos [...] encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão e liberalização dos capitais financeiros. As novas técnicas de gerenciamento da força de trabalho, somadas à liberalização comercial e às novas formas de domínio tecno-científico, acentuaram o caráter centralizador, discriminador e destrutivo desse processo [...] (Antunes, 2005, p. 32).

Esse período de reestruturação do capital gerou impactos econômicos, políticos, sociais e culturais que alteraram tanto a materialidade quanto a subjetividade das classes que vivem do trabalho. Tais mudanças, no entanto, não tocaram no cerne da crise que se situava na própria estrutura do capital; elas se restringiram à reforma neoliberal do Estado e à reestruturação do taylorismo/fordismo, com a finalidade de recuperar os padrões de acumulação anteriores mediante um modelo flexível de gestão do processo de trabalho (Antunes, 2005).

Em decorrência dessas mudanças, são travadas discussões no interior das Ciências Sociais em torno do fim da classe trabalhadora e sobre a perda da centralidade da categoria trabalho, para explicar as formas de sociabilidade contemporânea.

SÍNTESE DA UNIDADE 2



Nesta Unidade estudamos os modelos de gestão dos processos de trabalho, passando do modelo taylorista/fordista para o modelo flexível. Também estudamos os fenômenos estruturais e conjunturais que contribuíram com a incidência da crise capitalista geradora da necessidade de se repensar o modelo de gestão dos processos de trabalho e o modo de regulação estatal.

A CENTRALIDADE DO TRABALHO NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

OBJETIVO DESTA UNIDADE

Esta Unidade versa sobre pontos polêmicos no mundo do trabalho contemporâneo que servem de argumentos aos teóricos que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho. Para eles, a técnica e a ciência tornam-se a principal força produtiva, substituindo a teoria do valor trabalho.



¹ Além disso, a fragmentação da classe trabalhadora e o desemprego estrutural têm servido de argumentos para a negação das possibilidades de emancipação humana pelo trabalho e para as proposições que fazem apologia à sociedade do tempo livre e do ócio criativo.

Com base na argumentação de Antunes (2005), será realizada uma análise crítica das formulações em torno da negação da centralidade do trabalho.

AS SEÇÕES DESTA UNIDADE

Seção 3.1 – A Complexificação da Classe Trabalhadora

Seção 3.2 – Heterogeneidade como Condicionante para Consciência de Classe dos Trabalhadores

Seção 3.3 – A Sofisticação da Composição Orgânica do Capital

Seção 3.4 – A Expansão do Trabalho Imaterial

Seção 3.5 – A Relação do Trabalho com as Formas Contemporâneas de Sociabilidade

¹ Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2012/05/emir-sader-trabalho-atividade-mais.html>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Trabalho abstrato

O trabalho abstrato predomina no metabolismo social do capital, que tem como finalidade a produção de mercadorias portadoras de valor de troca (Antunes, 2005).

Trabalho produtivo

O trabalho produtivo é contratado pelo capital com o objetivo de criar mais-valia, já o trabalho improdutivo é aquele em que os trabalhadores não participam da produção, mesmo que suas atividades gerem lucros para seus empregadores (Bottomore, 2001).

Seção 3.1**A Complexificação da Classe Trabalhadora**

A denominação “classe que vive do trabalho”,² foi cunhada por Antunes (2005) para demonstrar a validade contemporânea do conceito marxiano de classe trabalhadora. Sendo assim, a elaboração do conceito de “classe que vive do trabalho” visa a fazer frente às formulações teóricas que convergem com o fim da classe trabalhadora, demonstrando as configurações atuais de tal classe e a importância do trabalho para a funcionalidade do metabolismo social do capital, assim como para a superação das formas de sociabilidade alienadas pelo modo de produção capitalista centrado no **trabalho abstrato** e na produção de valor de troca.

Atualmente a classe trabalhadora engloba a totalidade dos sujeitos que vendem sua força de trabalho. O núcleo central da classe trabalhadora continua sendo os **trabalhadores produtivos** que participam diretamente do processo de valorização do capital por intermédio da produção de mais-valia, ou seja, o proletariado industrial continua tendo centralidade no interior da classe trabalhadora. As ações laborativas do proletariado industrial moderno, no entanto, não se restringem ao trabalho manual direito, elas englobam atividades que são produtivas, mas não estritamente manuais, pois requerem maior interação com a subjetividade e com a inteligência do trabalhador (Antunes, 2005).

A classe que vive do trabalho abarca também os trabalhadores improdutivos do setor de serviços, que desempenham suas funções laborais em organizações públicas e privadas. Esses trabalhadores improdutivos não produzem diretamente mais-valia (Antunes, 2005).

² Com base em Antunes (2005), quando me referir à “classe que vive do trabalho”, ou à classe trabalhadora, estarei me reportando ao conjunto dos trabalhadores assalariados nos âmbitos produtivo e improdutivo, do setor formal e informal, assim como aos trabalhadores desempregados.

Os trabalhadores do ramo de serviços do setor privado, entretanto, são indispensáveis ao processo de realização da mercadoria sem o qual o capital não consegue integralizar seu ciclo, que inicia na produção e precisa passar pela esfera da circulação.

Conforme Antunes (2005), todo trabalhador produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, portanto, como supracitado, uma noção ampliada de classe trabalhadora deve englobar a totalidade dos trabalhadores assalariados, posto que, atualmente, há uma crescente interpenetração entre trabalho produtivo e improdutivo.

Não é somente a condição de trabalhador produtivo, todavia, que determina a inserção na classe trabalhadora, pois os trabalhadores improdutivos do setor de serviços também compõem "as classes que vivem do trabalho", assim como os trabalhadores com vínculos precarizados que atuam na economia informal e os trabalhadores desempregados expulsos do mercado de trabalho no período recente de reestruturação do capitalismo (Antunes, 2005).

Excluem-se da classe trabalhadora os altos funcionários do capital, os gestores que estão no controle do processo de trabalho e que recebem altos rendimentos, e aqueles que, de posse de capital elevado, vivem de especulação e de juros. As mudanças que ocorreram no mundo do trabalho requerem essa ampliação do olhar para compreender a classe trabalhadora contemporânea que, em decorrência das modificações nos modelos de gestão dos processos de trabalho, tornou-se mais complexa e heterogênea (Antunes, 2005).

Seção 3.2

Heterogeneidade como Condicionante para a Consciência de Classe dos Trabalhadores

O proletariado fabril do período taylorista/fordista vem diminuindo no contexto da reestruturação produtiva. A mudança do modelo taylorista/fordista para o modelo flexível de gestão do processo de trabalho acarretou na redução do operário fabril tradicional, com vínculo estável e especializado em uma função manual no processo de trabalho (Antunes, 2005). Essa retração, no entanto, não significa que o metabolismo social do capital possa sobreviver sem explorar a força de trabalho, sem a qual ele não sobrevive.

Em contrapartida à redução do proletariado padrão do período taylorista/fordista, vem ocorrendo um aumento de um novo proletariado fabril e de serviços por intermédio do crescimento do trabalho precarizado, do incremento das terceirizações, das subcontratações e dos trabalhos

temporários que se proliferam em várias partes do mundo. Estes postos de trabalho vêm sendo ocupados pelos trabalhadores expulsos do processo produtivo em decorrência da reestruturação produtiva. Com a desestruturação do Estado de bem-estar e o desemprego estrutural, esses trabalhadores se obrigam a buscar formas adversas de inserção no mundo de trabalho, comparadas com o período taylorista/fordista (Antunes, 2005).



³ Então, ao invés da eliminação da classe trabalhadora, o que vem ocorrendo é uma intensificação da exploração do trabalho pelo capital, que passa a demandar um novo perfil de trabalhador.

Outro aspecto relevante do mundo laboral contemporâneo refere-se à incorporação do trabalho feminino. Consta-se que a composição feminina na produção é representada por mais de 40% da força de trabalho em vários países avançados. Essa expansão do trabalho feminino tem ocorrido principalmente pela inserção em postos de trabalho precarizados, temporários e desregulamentados (Antunes, 2005).

A expansão do trabalho feminino não é acompanhada de uma igualdade de remuneração e de condições de trabalho. Os salários recebidos pelas mulheres são inferiores aos dos homens, mesmo em ocupações similares. Conforme Antunes (2005, p. 107), "Nas empresas japonesas, por exemplo, praticam-se abertamente dois sistemas de remuneração, em função do sexo".

No espaço fabril ocorre uma divisão sexual do trabalho. As atividades de concepção ou executadas com base em capital intensivo que exigem maior qualificação do trabalhador são, predominantemente, ocupadas por homens, enquanto as funções que exigem menor qualificação, baseadas no trabalho intensivo, são destinadas às mulheres e também aos trabalhadores negros e imigrantes (Antunes, 2005).

O processo de produção de mercadorias é composto por dois fatores: capital e trabalho. Quando é mais utilizado o fator capital, a atividade é baseada em capital intensivo, e quando é mais empregado o fator trabalho, a atividade é baseada no trabalho intensivo. As atividades nas quais predomina o capital intensivo requerem uma maior interação das novas tecnologias com a subjetividade do trabalhador e com o trabalho imaterial, que contribui decisivamente com o processo de valorização do capital nos espaços fabris contemporâneos que buscam intensificar a extração de mais-valia relativa.

³ Disponível em: <http://juventudelibre.blogspot.com.br/2010_02_01_archive.html>. Acesso em: 30 jul. 2012.

Esses trabalhadores qualificados recebem salários mais elevados por interagir com as “máquinas inteligentes”, se comparados aos trabalhadores que exercem suas atividades em ciclos produtivos, nos quais predominam o trabalho intensivo e a extração de mais-valia absoluta.

Então, além da discriminação que faz com que o trabalhador masculino receba mais que a mulher em funções similares, ocorre também uma maior participação dos homens em atividades que requerem maior qualificação, o que contribui com a diferenciação nos rendimentos recebidos por homens e mulheres que vendem sua força de trabalho.

[...] justamente nas áreas de trabalho mais valorizadas [...] predominam os homens trabalhadores e nas áreas ainda mais rotinizadas, que envolvem o trabalho manual, tem sido crescente a presença feminina. E quando se defronta com unidades tecnologicamente mais sofisticadas [...] o trabalho feminino tem sido reservado para a realização de atividades rotinizadas, com menores índices de qualificação e onde são também mais constantes as formas de trabalho temporário [...] na divisão sexual do trabalho operada pela reestruturação produtiva do capital se percebe uma exploração ainda mais intensificada no universo do trabalho feminino [...] O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres e aquele que requeria conhecimentos técnicos era atribuído aos homens (Antunes, 2005, p. 106-107).

Pode-se inferir que a maior qualificação dos homens é fruto de uma sociedade que atribui ao gênero masculino o papel de buscar seu espaço de reconhecimento social pela inserção no mercado de trabalho. Nos termos de Antunes (2005), desde o início da vida as mulheres e os homens são qualificados diferentemente para o ingresso no mercado de trabalho, e o modo de produção capitalista tem sabido se apropriar dessa desigualdade, fruto da divisão sexual do trabalho.

[...] o capital tem sabido se apropriar intensificadamente da polivalência e multiatividade do trabalho feminino, da experiência que as mulheres trabalhadoras trazem das suas atividades realizadas na esfera do trabalho reprodutivo, do trabalho doméstico. Enquanto os homens [...] mostram mais dificuldade em adaptar-se às novas dimensões polivalentes [...] o capital tem se utilizado desse atributo social herdado pelas mulheres (Antunes, 2005, p. 110).

A ampliação do trabalho feminino constitui-se como uma emancipação parcial das mulheres em relação às inúmeras formas de opressão masculina. Em contrapartida, a inserção feminina no mundo do trabalho é perpassada pela desigualdade entre os gêneros, o que fica evidente nas diferentes funções e remunerações distribuídas entre homens e mulheres. O capital, portanto, converteu o que era uma emancipação parcial das mulheres ante a opressão masculina em uma fonte que intensifica a exploração do trabalho durante o processo produtivo (Antunes, 2005).

Pode-se inferir que a complexidade na configuração da classe trabalhadora contemporânea se repercute na dificuldade em realizar o trânsito de “classe em si”, para “classe para si”, ou seja, devido a tanta heterogeneidade, os segmentos sociais que compõem a classe trabalhadora não conseguem se identificar como uma classe homogênea, com interesses comuns.

A segmentação da classe trabalhadora em qualificados e desqualificados, formais e informais, precários e estáveis, homens e mulheres, jovens e velhos, impacta na materialidade das classes que vivem no trabalho. A mudança objetiva das condições de inserção no mercado de trabalho se repercute em mudanças subjetivas, contribuindo com a fragilização da consciência de classe e do poder de organização coletiva dos trabalhadores (Antunes, 2005).

A exploração do trabalho pelo capital continua existindo, mas a diversidade de atividades exercidas tanto no âmbito dos serviços quanto na produção de mercadorias, causam muitos obstáculos para a construção da identidade de classe entre os trabalhadores que se inserem de diferentes formas no mundo do trabalho. Essas diferenças também ficam evidentes entre as atividades realizadas com o predomínio do trabalho imaterial por trabalhadores altamente qualificados e outras executadas com predomínio do trabalho material por trabalhadores desqualificados.

No modelo de gestão taylorista/fordista do processo de trabalho, havia homogeneidade nas atividades desenvolvidas durante a produção. Os operários eram padronizados, o que facilitava suas mobilizações em torno de pautas que atendessem demandas coletivas. Ao contrário, o modelo de gestão flexível segmenta a classe trabalhadora, o que acarreta em dificuldades para mobilizá-la em torno de objetivos comuns.

Esses processos incidem na atuação dos sindicatos organizados para reivindicar os interesses da classe trabalhadora. Nos termos de Antunes (2005), os sindicatos excluem de seu espaço as mulheres, os trabalhadores precarizados, informais, terceirizados, contratados por tempo determinado e os desempregados.

A organização sindical se desenvolveu no período taylorista/fordista, por isso tem dificuldades de se adaptar ao novo perfil de trabalhador que emergiu após a reestruturação capitalista. Em razão disso, os sindicatos não conseguem agregar em suas estruturas organizativas as “classes que vivem do trabalho” na contemporaneidade.

Paralelamente à redução dos postos de trabalho nas indústrias, ocorre, além da ampliação das formas de trabalho precarizadas (informais, terceirizadas e por tempo determinado), a ampliação dos postos de trabalho no setor de serviços, que passou a incorporar um contingente considerável dos trabalhadores remanescentes da reestruturação produtiva. O setor de serviços agregou um grande percentual de assalariados que compõe a nova configuração da classe trabalhadora, mas os sindicatos não conseguiram incorporar esses trabalhadores do setor de serviços (Antunes, 2005).

O avanço das tecnologias, no entanto, também tem ocasionado a redução de postos de trabalho no setor de serviços, como fica evidente no desemprego de trabalhadores bancários em razão do uso de caixas eletrônicos (Antunes, 2005). Os trabalhadores improdutivos do setor de serviços, assim como os trabalhadores produtivos, portanto, sofrem os impactos do desemprego tecnológico. Outro aspecto predominante do mundo do trabalho contemporâneo que atinge o setor de serviços é a precarização dos vínculos por meio do trabalho informal e por tempo determinado, fenômenos esses que não ficam restritos ao trabalho produtivo.

Constata-se que os trabalhadores contemporâneos exercem diversas atividades, mas o que confere unidade de classe é o fato de estarem desprovidos dos meios de produção, ou seja, essa multiplicidade que assume a classe trabalhadora não se limita às atividades assalariadas. Os trabalhadores informais que sobrevivem vendendo balas nas estações de trem e pontos de ônibus e os camelôs, em resumo os trabalhadores informais, por conta própria, também fazem parte da classe trabalhadora do final do século 20 e início do 21, assim como os desempregados.

Por isso, as iniciativas que visam a organizar as “classes que vivem do trabalho”, precisam considerar essa variedade de formas e de condicionantes para a sua organização e mobilização em torno de objetivos comuns.

Conforme Castel (2000), o trabalho deixou de ser o elemento de “coesão social”. Para ele, aquela sociedade que consolidou seus laços de solidariedade mediante o pleno emprego do Estado de bem-estar social e da produção em massa entrou em crise. Nesse contexto, o trabalho assalariado deixou de ser o elemento integrador na sociedade e, de certa forma, perdeu sua “centralidade” como fator organizador da vida em sociedade. Devido ao desemprego estrutural, desenvolveram-se processos sociais que se manifestam por intermédio da exclusão e da desfiliação social de uma parte da população que não encontra lugar na “sociedade salarial”. Ou seja, os excluídos e os desfilados expressam a fratura e a desagregação dos laços de solidariedade construídos com base no trabalho assalariado e no pleno emprego.

Infere-se que atualmente um grande contingente da classe trabalhadora encontra-se à margem da sociedade, excluída do mercado de trabalho. Alguns desses trabalhadores excluídos jamais conseguiram inserção no trabalho formal, regulamentado e protegido.

Os processos sociais que determinaram essa exclusão, no entanto, têm raiz na forma como a sociedade se organiza para produzir mercadorias, ou seja, é o movimento do capital no sentido de reduzir o tempo socialmente necessário para produzir mercadorias por meio da intensificação da utilização do trabalho morto com redução do trabalho vivo, que produz a exclusão social. Ou seja, “[...] é a própria centralidade do trabalho abstrato que produz a não centralidade do trabalho, presente na massa dos excluídos do trabalho vivo (Antunes 2005, p. 121).”

Seção 3.3

A Sofisticação da Composição Orgânica do Capital

No capitalismo a jornada de trabalho divide-se em duas partes. Uma delas pode ser chamada de trabalho necessário e a outra de trabalho excedente. A parte necessária se refere ao tempo de trabalho suficiente para garantir a subsistência do trabalhador; por exemplo, em uma jornada de 12 horas, 6 são necessárias para a subsistência do trabalhador. O capitalista, todavia, compra a força de trabalho com o intuito de gerar mais valor, ou valor de troca; então é preciso prolongar a jornada de trabalho para além das necessidades de subsistência do trabalhador, é necessário produzir valor de troca por intermédio do trabalho excedente. A taxa de mais valia se eleva com o prolongamento do trabalho excedente, porque o único fator de produção pelo qual o capitalista paga menos do que ele vale é a força de trabalho, ou seja, como supracitado, o valor pago pelos meios de produção e matérias-primas são integrais, enquanto o preço pago pela força de trabalho é parcial, pois o tempo de trabalho excedente constitui-se como valor de troca incorporado à mercadoria,⁴ que permite a produção de mais-valia (Marx; Engels 1989).

A sofisticação das forças produtivas por meio das tecnologias, possibilita a elevação da produtividade do trabalho em geral, reduzindo o tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, ou seja, permite a elevação da produção sem o aumento do tempo da jornada de trabalho (Marx; Engels, 1989). *“O valor de uma mercadoria não é determinado apenas pela quantidade de trabalho que lhe dá a última forma, mas também pela quantidade de trabalho contida em seus meios de produção”* (Marx; Engels, 1989, p. 363).

O incremento tecnológico tem transformado o papel desempenhado pelo trabalho na produção de valor de troca. Ocorre uma combinação mais profunda entre o trabalhador e as novas tecnologias incorporadas nos meios de produção, que permitem a intensificação dos ritmos de produção e a redução do tempo socialmente necessário para a produção de mercadorias, assim como dos trabalhadores envolvidos na produção (Antunes, 2005).

[...] a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista [...] é bastante evidente a redução do trabalho vivo e a ampliação do trabalho morto. Mas, exatamente porque o capital não pode eliminar o trabalho vivo do processo de criação de valores, ele deve aumentar a utilização e a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do *sobretalho* em tempo cada vez mais reduzido. A diminuição do tempo físico de trabalho, bem como a redução do trabalho manual direto,

⁴ A mercadoria é uma unidade portadora de valor de uso e valor de troca.

articulado com a ampliação do trabalho qualificado, multifuncional, dotado de maior dimensão intelectual, permite constatar que a tese, segundo a qual o capital não tem mais interesse em explorar o trabalho abstrato, acaba por converter a tendência pela redução do trabalho vivo e ampliação do trabalho morto na extinção do primeiro, o que é algo completamente diferente. E, ao mesmo tempo em que se desenvolve as tendências acima, o capital recorre cada vez mais às formas precarizadas e intensificadas de exploração do trabalho, que se torna ainda mais fundamental para a realização do seu ciclo reprodutivo num mundo onde a competitividade é a garantia de sobrevivência das empresas capitalistas (Antunes, 2005, p. 119-120).

A concorrência intercapitalista gera a necessidade de reduzir a dimensão variável do capital e de ampliar sua parte constante, mas isso não repercute na eliminação do fator trabalho no processo de produção de mercadorias, sem o qual seria impossível produzir valor, assim como integralizar o ciclo reprodutivo por meio da realização da mercadoria.

A produção vem ocorrendo com a diminuição de trabalhadores, mas a eliminação do trabalho no processo produtivo torna inviável o funcionamento do metabolismo social do capital, porque é justamente o fator trabalho em interação com outros meios de produção que produz o lucro (Antunes, 2005). *“A tese da eliminação do trabalho abstrato, considerado dispêndio de energia física e intelectual para a produção de mercadorias, não encontra respaldo teórico e empírico para sua sustentação”* (Antunes, 2005, p. 120).

As teses que defendem a eliminação do trabalho abstrato e o fim da teoria do valor equivocam-se ao não considerar complexas relações entre trabalho constituinte (vivo) e trabalho constituído (morto). A intensificação da utilização do trabalho intelectual abstrato nas indústrias que adotaram o modelo de gestão flexível, assim como a generalização das formas de trabalho manual abstrato de modo precarizado (informal, terceirizado, part-time), são exemplos da vigência da lei do valor (Antunes, 2005).

Em razão dos argumentos supracitados, Antunes (2005) não concorda com a tese de Habermas (1975) de que a ciência tenha se tornado a principal força produtiva substituindo o valor trabalho. Conforme tal formulação, o progresso técnico-científico tornou-se uma fonte independente de mais-valia, contrapondo-se às orientações de matriz marxiana que concebem a força de trabalho como a única fonte de criação de mais-valia (Antunes, 2005).

Essa formulação, ao “substituir” a tese do valor-trabalho pela conversão da ciência em principal força produtiva, acaba por desconsiderar [...] que o trabalho vivo, em conjunção com ciência e tecnologia, constitui uma complexa e contraditória unidade, sob as condições dos desenvolvimentos capitalistas, uma vez que, a tendência do capital para dar à produção um caráter científico é neutralizada pelas mais íntimas limitações do próprio capital: isto é, pela necessidade última, paralisante e anti-social, de manter o já criado valor, como valor, visando restringir a produção dentro da base limitada do capital (Antunes, 2005).

O desenvolvimento da ciência tem sido importante para a humanidade, mas o conhecimento gerado pelo progresso científico não vem sendo socialmente distribuído com a finalidade de satisfazer as necessidades sociais dos seres humanos, pois sua utilização tem ocorrido, predominantemente, para alimentar a lógica de reprodução do capitalismo, incrementando a composição orgânica do capital na produção de valores de troca (Antunes, 2005).

A letra da música “queremos saber”, composta por Gilberto Gil, auxilia na reflexão sobre a subordinação dos inventos científicos, a lei do valor, o que fica evidente nas seguintes estrofes: “Queremos saber; O que vão fazer; Com as novas invenções; [...] Queremos saber quando vamos ter; Raio laser mais barato [...]”.

A ciência não escapa da lógica do capital que transforma os inventos científicos em mercadorias portadoras de valores de troca e, também, se utiliza dos “produtos” da ciência para incrementar a composição orgânica do capital e intensificar a extração de mais valia relativa, pois enquanto predominar o metabolismo social do capital, a ciência estará aprisionada às formas de sociabilidade centradas no trabalho abstrato (Antunes, 2005).

Ontologicamente prisioneira do solo material estruturado pelo capital, a ciência não poderia tornar-se a sua principal força produtiva. Ela interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital [...] saber científico e saber laborativo mesclam-se mais diretamente no mundo produtivo contemporâneo sem que o primeiro “faça cair por terra” o segundo (Antunes, 2005, p. 123).

Várias empresas fracassaram ao minimizar, ou mesmo desconsiderar, o fator trabalho no processo de produção. As máquinas inteligentes não substituem o trabalho; ao contrário, sua utilização requer a interação com o trabalho imaterial. O trabalhador na relação com as máquinas informatizadas também transfere parte dos seus conhecimentos à nova máquina, que resulta desse processo (Antunes, 2005).

Esse processo de retro-alimentação impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multidimensional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada, ao menos nos ramos produtivos dotados de maior incremento tecnológico (Antunes, 2005, p. 124)

O sucesso japonês nos anos 80 não esteve amparado somente nas tecnologias, mas na complexa relação entre trabalho e ciência, concepção e execução, avanço tecnológico e envolvimento adequado da força de trabalho. O toyotismo se mostrava eficiente justamente naqueles aspectos nos quais o fordismo se mostrava exaurido, ou seja, na capacidade de expropriar o saber intelectual do trabalhador. A principal mudança da fábrica toyotizada, portanto, não foi a con-

versão da ciência em principal força produtiva e a eliminação do trabalho humano no processo de criação de valor, mas a intensificação das relações estabelecidas entre trabalho e ciência e trabalho material e imaterial (Antunes, 2004).

Nesse caso, o incremento da ciência no processo produtivo não resulta no fim da teoria do valor e nem na perda de importância do trabalho abstrato no processo de valorização do capital.

Seção 3.4

A Expansão do Trabalho Imaterial

O aumento da dimensão imaterial do trabalho tem ocorrido tanto nas indústrias informatizadas quanto no setor de serviços. Também têm crescido os serviços de pesquisas para a criação de softwares e para a realização de marketing e publicidade, atividades que também expressam a expansão do trabalho imaterial (Antunes, 2005).

A ampliação do trabalho no setor de serviços em atividades não diretamente produtivas, mas integradas com a produção, constitui-se como outra característica importante do mundo do trabalho contemporâneo. O crescimento das pesquisas de marketing para obter informações quanto às tendências de mercado, é de extrema importância para a produção de mercadorias sob o modelo de gestão flexível que produz conforme a demanda do mercado. A informação sobre a demanda do produto antecede sua produção em um cenário em que informação e produção relacionam-se intimamente. A expansão do trabalho imaterial não confere, portanto, centralidade à esfera comunicacional, assim como também não está desvinculada da esfera instrumental do sistema, pois o trabalho imaterial, mesmo quando desenvolvido na esfera da circulação, interage com o mundo produtivo do trabalho material (Antunes, 2005).

O trabalho imaterial se encontra na fusão (ele é a interface) dessa nova relação produção-consumo. É o trabalho imaterial que ativa e organiza a relação produção-consumo. A ativação da cooperação produtiva, assim como da relação social com o consumidor, é materializada no e para o processo de comunicação. É o trabalho imaterial que inova continuamente a forma e as condições da comunicação (e, portanto, do trabalho e do consumo). Ele dá forma e materializa as necessidades, o imaginário, os gostos. A particularidade da mercadoria produzida pelo trabalho imaterial (seu valor de uso sendo essencialmente seu conteúdo informacional e cultural) consiste no fato de que ela não se destrói no ato de consumo, mas sim se expande, transforma-se e cria o ambiente ideológico e cultural do consumidor (Antunes, 2005, p. 127).

O trabalho imaterial produz simultaneamente subjetividade e valor econômico em um contexto no qual a produção capitalista subordina a totalidade das relações sociais, superando as fragmentações entre economia, poder e conhecimento. O conteúdo informacional da mercadoria é produzido pelo trabalho imaterial e expressa as mutações no mundo do trabalho que atingem as grandes empresas e o setor de serviços locais, nos quais o trabalho manual vem sendo substituído pelo intelectual.

O trabalho imaterial é estimulado durante o processo produtivo que intensifica de forma clara a relação entre a subjetividade do trabalhador e a ação laborativa que constantemente obriga o trabalhador a avaliar situações e tomar iniciativas ante a ocorrências inesperadas. O trabalhador é convocado a se envolver subjetivamente com o trabalho e na relação com a equipe, demonstrando sua capacidade de cooperar com a produção, tornando-se um sujeito ativo da coordenação de diferentes funções do processo de trabalho. Nesse contexto, a aprendizagem coletiva se torna o principal fator da produtividade (Antunes, 2005).

O trabalhador assume uma forma ativa de subjetividade, ao invés de ser somente comandado durante o processo de trabalho. A eliminação das fronteiras entre as atividades de concepção e execução conferem mais autonomia ao trabalhador. A subjetividade do trabalhador, no entanto, é ativada para a produção de valores de troca e para o engajamento com o projeto da empresa, o que evidencia que esse maior envolvimento não significa a superação dos processos de alienação, que tem origem na separação entre trabalhadores e meios de produção. Ao contrário, esse maior envolvimento radicaliza a alienação, pois aliena o trabalhador de sua força física e intelectual (Antunes, 2005).

Como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e o novo maquinário inteligente. E, nesse processo, o envolvimento interativo aumenta ainda mais o estranhamento do trabalho, amplia as formas modernas da reificação, distanciando ainda mais a subjetividade do exercício de uma cotidianeidade autêntica e autodeterminada (Antunes, 2005, p. 131).

A crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, portanto, encontra-se subordinada à produção de mercadorias (Antunes, 2005). O trabalhador é convocado a pensar na qualidade do produto, na satisfação do cliente; é intimado a se qualificar para ser explorado de um modo mais "refinado", a vestir a camisa da empresa da qual passa a ser um "colaborador" em um processo que contribui com a alienação de suas relações familiares e de suas atividades de lazer, à medida que é instigado a trabalhar dia e noite para cooperar com a empresa.

Seção 3.5

A Relação do Trabalho com as Formas Contemporâneas de Sociabilidade

Como supracitado, o trabalho é considerado a atividade por meio da qual o homem se torna um ser social, ou seja, as categorias posteriores aparecem no ser social já constituído, porque é somente o trabalho que realiza essa transição do ser biológico das formas pré-humanas para o ser social. A sociabilidade aparece simultaneamente ao trabalho, mas encontra sua origem no ato laborativo (Antunes, 2005).

Mediante o trabalho, portanto, a consciência humana deixa de ser passiva na sua relação com a natureza, tornando-se livre e autogovernada. A liberdade, então, é uma qualidade humana que tem sua gênese no processo de trabalho (Antunes, 2005).

Concomitantemente a essa relação homem-natureza (trabalho), desenvolvem-se outras inter-relações entre os seres sociais com o propósito de produzir valores de uso. Surge a práxis interativa com a finalidade de convencer outros seres sociais a concretizar determinado ato teleológico. Os fundamentos das posições teleológicas secundárias, intersubjetivas, se encontram na ação entre os seres sociais (Antunes, 2005).

As posições teleológicas secundárias são manifestações mais complexas da práxis social, por isso se distanciam das posições teleológicas primárias (trabalho). Esse distanciamento, no entanto, não se repercute em uma dissociação, porque a gênese das posições teleológicas secundárias se encontra nas posições teleológicas primárias (Antunes, 2005).

As relações existentes entre a ciência, a teoria e o trabalho, podem ser mencionadas como exemplo: mesmo quando ambas (ciência e teoria) atingem um grau máximo de desenvolvimento, de auto-atividade e de autonomia em relação ao trabalho, elas não podem desvincular-se completamente do seu ponto de origem, não podem romper inteiramente a relação de última instância com sua base originária. Por mais complexificadas e avançadas, a ciência e a teoria preservam vínculos com a busca das necessidades do gênero humano (que são, como vimos, determinadas pelo sistema de metabolismo societal dominante) (Antunes, 2005, p. 140-141).

A relação entre o trabalho e a práxis social interativa, portanto, se torna complexa. Há um distanciamento na articulação estabelecida entre ambos, mas não ocorre a disjunção entre essas dimensões da vida social (Antunes, 2005).

A formulação habermasiana, no entanto, minimiza o papel do trabalho nas formas de sociabilidade contemporânea à medida que substitui a centralidade do trabalho pela centralidade da intersubjetividade (Antunes, 2005).

Conforme Antunes (2005), Habermas separa trabalho e sociabilidade, subjetividade e objetividade, sistema e mundo da vida. O sistema engloba as instituições econômicas e políticas e o mundo da vida se constitui como espaço intersubjetivo no qual se desenvolve a razão comunicativa.

Concluo este esboço da crítica habermasiana dizendo que sua teoria da ação comunicativa *“não se constitui como uma metateoria, mas no marco inicial de uma teoria da sociedade”*, tendo nos *“paradigmas do mundo da vida e do sistema”* seus núcleos categoriais básicos (Habermas, 1991 [I]: XLII). O primeiro, o mundo da vida, é reservado à esfera da razão comunicativa, espaço por excelência da intersubjetividade, da interação. O segundo, o sistema, é movido predominantemente pela razão instrumental, onde se estruturam as esferas do trabalho, da economia e do poder. A disjunção operada entre esses níveis, que se efetivou com a complexificação das formas societárias, levou o autor a concluir que a *“utopia da idéia baseada no trabalho perdeu seu poder persuasivo [...] Perdeu seu ponto de referência na realidade”*. Isso porque as condições capazes de possibilitar uma vida emancipada *“não mais emergem diretamente de uma revolucionarização das condições de trabalho, isto é, da transformação do trabalho alienado em uma atividade autodirigida”* (Habermas, 1989: 53-4). Ou seja, para Habermas a centralidade transferiu-se da esfera do trabalho para a esfera da ação comunicativa, onde se encontra o novo núcleo da utopia (Antunes, 2005, p. 155).

Antunes (2005) não converge com a separação analítica de Habermas entre sistema e mundo da vida. Para ele, sistema e mundo da vida não se constituem como subsistemas independentes, mas sim como partes integrantes da totalidade social que engloba tanto o trabalho quanto a práxis interativa. Por isso, a alienação do trabalho se interpenetra nas formas de sociabilidade contemporâneas estabelecidas sob o metabolismo social do capital (Antunes, 2005).

O tratamento isolado do mundo da vida autonomiza a esfera da intersubjetividade e confere à linguagem e à razão comunicativa um sentido emancipatório. Os vínculos entre subjetividade e trabalho, no entanto, são indissolúveis, ou seja, não é possível emancipar o homem sem transformar as condições objetivas que produzem opressão (Antunes, 2005).

Pode-se inferir que a razão comunicativa tende a ser *“minada”* pela condição de classe dos seus interlocutores. Por isso, a construção de uma sociabilidade na qual os seres humanos dialogam horizontalmente *“como iguais”* requer a superação das condições objetivas que contribuem para o estabelecimento de relações verticais.

Tais condições objetivas de opressão têm sua raiz no modo de produção capitalista. Em razão disso, a emancipação humana requer a superação do trabalho alienado, centrado na produção de valores de troca. O trabalho continua, portanto, sendo uma categoria central para decifrar a realidade, assim como para transformá-la.

O alcance de uma vida cheia de sentido fora do trabalho perpassa por uma vida dotada de sentido no trabalho, pois não é possível compatibilizar trabalho assalariado com uma sociedade na qual os seres humanos possam se dedicar ao ócio criativo, ao tempo livre fora do trabalho. A construção de uma sociedade do tempo livre requer o enfrentamento das formas de sociabilidade regidas pelo metabolismo social do capital (Antunes, 2005).

Sob o modo de produção capitalista, estar fora do mercado de trabalho não significa liberdade, mas sim a radicalização dos processos que geram desumanização e embrutecimento humano. Os desempregados, por exemplo, se submetem às situações mais adversas para sobreviver, o que não converge com a dedicação do tempo livre ao ócio criativo. A construção de uma sociedade na qual os seres humanos possam dialogar livremente e se dedicar ao ócio criativo, por conseguinte, requer a superação do modo de produção capitalista e das formas alienadas de trabalho e sociabilidade dele decorrentes.

SÍNTESE DA UNIDADE 3



Nesta Unidade estudamos sobre pontos polêmicos no mundo do trabalho contemporâneo que servem de argumentos aos teóricos que defendem a tese do fim da centralidade do trabalho. Para eles, a sofisticação da composição orgânica do capital por meio da intensificação da utilização do trabalho morto no processo de produção de mercadorias, resulta fim da teoria do valor que se tornou obsoleta, pois entendem que na atualidade a técnica e a ciência são as principais forças produtivas. Além disso, a fragmentação da classe trabalhadora decorrente da mudança nos modelos de gestão dos processos de trabalho e o desemprego estrutural, têm servido de argumentos para a negação das possibilidades de emancipação humana pelo trabalho e para as proposições que fazem apologia à sociedade do tempo livre e do ócio criativo. Com base na argumentação de Antunes (2005), realizamos uma análise crítica das formulações em torno da negação da centralidade do trabalho. Identificamos que o metabolismo social do capital necessita inserir o “fator trabalho” na relação com outros fatores de produção para gerar mais valor, e também que o modelo flexível requer um perfil de trabalhador qualificado para interagir com as “máquinas inteligentes”, pois há crescente interpenetração entre trabalho material e imaterial, produtivo e improdutivo no mundo do trabalho contemporâneo. Além disso, analisamos a impossibilidade concreta de viver uma sociedade do tempo livre na qual os seres humanos possam se dedicar ao ócio criativo, sem superar o sistema de metabolismo social do capital, que subordina todas as relações sociais aos seus imperativos de expandir a produção de valores de troca.

ECONOMIA SOLIDÁRIA

OBJETIVO DESTA UNIDADE

Esta Unidade versa sobre o surgimento da economia solidária e sobre alguns dos seus princípios fundamentais. Também aborda a produção solidária como uma alternativa de inserção social para aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho em decorrência do desemprego estrutural.

AS SEÇÕES DESTA UNIDADE

Seção 4.1 – Origem e Princípios da Economia Solidária

Seção 4.2 – Economia Solidária e Desemprego

Seção 4.1

Origem e Princípios da Economia Solidária

A economia solidária surgiu no início do século 19. Ela foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores para enfrentar o desemprego gerado pela introdução das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no processo de produção de mercadorias (Singer, 2011).

Assim, a economia solidária surge como uma tentativa dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica fazendo uso dos novos incrementos tecnológicos inseridos na produção. A organização das cooperativas solidárias se embasava em princípios ideológicos do movimento operário, como igualdade e democracia (Singer, 2011).

O sistema de produção em cooperativas solidárias supera a separação entre trabalho e meios de produção, caracterizada como a base do modo de produção capitalista. No capitalismo, o processo produtivo é dirigido pelos capitalistas, que investem seu dinheiro em capital, composto

por fatores de produção, com a finalidade de produzir o maior lucro possível em relação ao capital investido. Na empresa capitalista, o poder de mando é concentrado nas mãos dos capitalistas, ou dos gerentes por eles contratados (Singer, 2011).

Já na empresa solidária, o capital é possuído por todos os trabalhadores. Nela, não existe a separação entre trabalhadores e meios de produção. Trabalho e capital encontram-se articulados à medida que todos os trabalhadores são simultaneamente donos do capital. Não existem proprietários que não trabalham na empresa. Os trabalhadores estabelecem relações horizontais. Todos têm o mesmo poder de mando porque a empresa é posse coletiva de todos os engajados na produção (Singer, 2011).

Então a empresa solidária é propriedade coletiva dos trabalhadores. Por isso, sua finalidade básica não é aumentar a lucratividade, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. O excedente é chamado de sobra e sua destinação é decidida coletivamente pelos trabalhadores. Geralmente uma parte é utilizada para reinvestimento e pode ser guardada em um fundo que pertence ao coletivo de trabalhadores da cooperativa. Já a outra parte pode elevar o valor das cotas dos sócios, que podem sacá-las quando se retiram da empresa. O resto do excedente é destinado para fundos sociais com a finalidade de custear serviços de educação, saúde, cultura, dentre outros, e também para divisão entre os sócios por meio de normas estabelecidas coletivamente entre eles (Singer, 2011).

Esses são os princípios da produção solidária, mas também existem outras modalidades de cooperação que ficam evidentes na comercialização, no consumo e na obtenção de créditos. As cooperativas de comercialização são formadas por produtores autônomos que fazem compras e vendas de forma coletiva. Nessa modalidade de cooperação, como a produção é individual, as sobras são divididas conforme a proporção dos produtos e serviços comprados e vendidos pelos cooperativados (Singer, 2011).

As cooperativas de consumo pertencem aos que consomem seus produtos ou serviços e tem a função de maximizar a satisfação ao menor custo para os seus integrantes. Já as cooperativas de crédito oferecem intermediação financeira aos depositantes que são sócios (Singer, 2011).

A economia solidária é composta por empresas que praticam os princípios da autogestão. Ela faz parte da economia social e não pode ser confundida com cooperativas que empregam assalariados. O grau de autogestão apresentado pelas empresas é variado. Essa variação não ocorre somente de cooperativa para cooperativa, mas também no interior da mesma cooperativa em diferentes momentos (Singer, 2011).

A economia solidária é um modo de produção que coexiste com outros modos de produção, como o capitalismo, a pequena produção, a produção estatal de bens e serviços e a produção privada sem fim lucrativo, mas o modo de produção capitalista é o maior entre os modos de produção, por isso molda a superestrutura legal e institucional conforme seus valores (Singer, 2011).

Tal hegemonia do capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, uma vez que ele não é capaz de inserir toda a população economicamente ativa. Nesse contexto, a economia solidária cresce em razão da incapacidade do modo de produção capitalista agregar a totalidade da população no processo produtivo. Ela, no entanto, só se tornará uma alternativa ao capitalismo quando a maioria da sociedade, desprovida dos meios de produção, tomar consciência quanto à importância de organizar a produção de uma forma na qual os meios de produção sejam posse coletiva dos trabalhadores que, em interação com eles, geram o produto social (Singer, 2011).



¹ É preciso conceber a economia solidária como uma alternativa viável de geração de trabalho e renda, não somente para aquelas pessoas excluídas do sistema capitalista, mas também para as demais pessoas, que acreditam na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que as relações de competição sejam substituídas por relações de cooperação e solidariedade (Araujo; Lima, 2007).

No Brasil, a economia solidária surge em 1981, provavelmente como resposta à crise na produção industrial. Neste período se formam cooperativas que assumem a produção em várias indústrias, como na Wallig de fogões em Porto Alegre, a Cooperminas que explora carvão em Criciúma, dentre outras (Singer, 2011).

A demissão de trabalhadores em razão do falimento de empresas seguiu durante as décadas de 1980/90. Nesse contexto, se desenvolve uma tecnologia para aproveitar o direito legal dos trabalhadores de adquirir o patrimônio dos antigos empregadores, mantendo a produção e preservando os empregos. Os sindicatos intervêm judicialmente e promovem a formação de associações dos empregados de empresas em processo de falimento que posteriormente podem se transformar em cooperativas (Singer, 2011).

Esse processo teve a finalidade de levar aos trabalhadores os princípios da economia solidária, convencendo-os a se agregar para produzir de modo cooperativo, imbuídos solidariamente em transformar o patrimônio sucateado em um empreendimento administrado com base nos princípios da autogestão (Singer, 2011).

¹ Disponível em: <<http://saudeecosol.wordpress.com/tag/cooperativismo-social/>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

A economia solidária pode ser definida como um modo de produção caracterizado pela igualdade de direitos. Os meios de produção são propriedade coletiva dos trabalhadores que interagem com eles durante a produção (Singer, 2007).

Em decorrência da coletivização dos meios de produção, se desenvolve a autogestão. Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores de forma democrática. Cada sócio tem direito a voz e voto. Quando as cooperativas são pequenas não existe distinção nas funções executadas; todo mundo faz o que precisa; mas quando são maiores ocorre a necessidade de estabelecer determinados cargos, como presidente, tesoureiro, dentre outros. Isso é preciso, principalmente, nos empreendimentos grandes, porque neles muitas decisões têm de ser tomadas por pessoas imbuídas na direção de diferentes setores (Singer, 2007).

Os ocupantes dessas funções, no entanto, têm o dever de cumprir as diretrizes acordadas coletivamente, sob pena de serem destituídos do cargo pelo mesmo coletivo. Ao contrário, nos empreendimentos heterogestionados prevalece uma forma de relação na qual os responsáveis por desempenhar funções têm autoridade sobre os demais trabalhadores (Singer, 2007).

A economia solidária mostra que a alienação típica da empresa capitalista não é indispensável. A heterogestão é legitimada como eficiente a partir de uma visão de mundo que concebe que uns tem mais capacidade que outros. A meritocracia justifica o fato de o poder de decisão se concentrar nas mãos dos capitalistas ou de seus gerentes, em detrimento da maioria destituída de poder de decisão. Nessa linha de raciocínio, se o capitalista e os seus gerentes têm mais poder é porque conquistaram pela sua capacidade.

Os destituídos de capital não tem poder, mas tarefas, e podem passar a vida inteira cumprindo tarefas em um processo profundamente alienante do ponto de vista da emancipação humana. A economia solidária e a organização do processo de trabalho, com base na autogestão, contribuem para que o trabalho se constitua como uma atividade pela qual seja possível o aprendizado e o crescimento a todos, sem distinção. Atualmente, muitos trabalhadores estão adotando a economia solidária. Isso vem acontecendo nas empresas que entram em falência, nas quais os trabalhadores, coletivamente organizados em cooperativas, assumem a produção (Singer, 2007).

Essa mudança representa uma passagem de uma inserção alienada no processo de trabalho para uma nova situação, na qual os trabalhadores se corresponsabilizam com a produção em um cenário no qual, se a empresa não ganha, eles também não ganham (Singer, 2007).

Os trabalhadores não têm um salário garantido no final do mês como na produção capitalista, na qual eles não participam dos lucros, nem dos riscos. Nos empreendimentos solidários, os trabalhadores são donos de tudo o que é produzido, assim como responsáveis pelos prejuízos.

No início os trabalhadores estranham, mas acabam compreendendo que essa é uma vivência libertadora. Após alguns anos praticando a autogestão, eles acabam optando por continuar com a economia solidária, ao invés de trabalhar de forma assalariada (Singer, 2007).

Seção 4.2

Economia Solidária e Desemprego

Nos últimos anos vem aumentando a presença de grupos informais e associações e empresas de trabalhadores organizadas em regime de autogestão. Essa elevação na formação de empreendimentos solidários representa uma alternativa para a população de baixa renda intensamente atingida pelo desemprego estrutural e pelo empobrecimento. Estudos desenvolvidos em diferentes países evidenciam que os empreendimentos solidários tem se tornado um importante núcleo de geração de trabalho e renda, às vezes possibilitando níveis de desempenho que permitem a permanência no mercado com perspectivas de sobrevivência (Gaiger, 2003).

Esse contexto promissor para a economia solidária angariou o apoio de ativistas, de organizações sociais e de órgãos públicos. Desencadeou-se um interesse público em relação à natureza de suas características sociais e da coletivização dos bens de produção e do trabalho. Segmentos da esquerda identificaram na economia solidária uma nova expressão dos ideais das lutas operárias e dos movimentos populares e, sendo assim, passaram a participar das discussões em torno do tema, problematizando seu potencial de transformação social ou de contenção da pobreza como uma resposta aos excluídos, sendo uma saída para as injustiças produzidas pelo neoliberalismo (Gaiger, 2003).

A exclusão social gerada pelo capitalismo encontra a resistência que passa pela organização de grupos de pessoas marginalizadas que buscam desenvolver estratégias de atuação econômica de forma coletiva e popular. A economia solidária se constitui como uma prática que minimiza os efeitos que o modo de produção capitalista tem causado na vida das pessoas expulsas do mercado de trabalho, proporcionando a sobrevivência e a melhoria na qualidade de vida (Araujo; Lima, 2007).

A economia solidária atende, portanto, à demanda de geração de trabalho e renda, mas também precisa se constituir como uma alternativa para atrair profissionais liberais que tenham maior qualificação. O modelo, no entanto, está sendo apropriado predominantemente por desempregados que necessitam de alternativas para sobrevivência. Ele tem atendido a população mais carente, com baixo nível de escolaridade (Araujo; Lima, 2007).

A solidariedade econômica representa o nível mais elevado da economia solidária, uma vez que, na maioria das vezes, tais empreendimentos são constituídos por pessoas expulsas do processo produtivo organizado sob o domínio capitalista. Essas pessoas não têm recursos financeiros

para iniciar um negócio por conta própria e por isso se associam como uma forma de conseguir renda e recursos para investir num empreendimento que poderá garantir a sobrevivência de todos os associados (Araujo; LIMA, 2007).

Os indivíduos que fazem parte das cooperativas organizadas, com base nos princípios da economia solidária, são convocados a se desvincular da ideia de que somente o salário permite a participação na geração de riqueza. Para potencializar os empreendimentos solidários é necessário estreitar os vínculos entre eles, proporcionando uma maior interação por intermédio da troca de produtos e serviços entre as pessoas que estão reunidas em torno dos mesmos princípios produtivos (Araujo; Lima, 2007).

É preciso formar redes cooperadas, por meio de articulações solidárias no comércio, com preços justos, como uma maneira de garantir a sobrevivência dos empreendimentos solidários no mercado, que é altamente competitivo, e já se encontra saturado em muitos ramos de produção. É necessário, portanto, intensificar o intercâmbio entre os empreendimentos que atuam com base na economia solidária (Araujo; Lima, 2007). Conforme Mance (1999), a principal razão para o sucesso das práticas de economia solidária nos anos 90 foi a conscientização quanto à importância da organização de redes para o sucesso do empreendimento.

Constata-se que os empreendimentos produtivos organizados, com base nos princípios da economia solidária, agregam um contingente considerável daqueles trabalhadores expulsos do modo de produção capitalista em decorrência do desemprego estrutural, e que o intercâmbio entre as atividades econômicas desenvolvidas de modo autogestionado pode fortalecer essas formas alternativas de produção.

Ressalta-se que a economia solidária encontra-se vulnerável às leis de mercado, mesmo se opondo a elas. As iniciativas de produção solidárias podem produzir formas de sociabilidade autênticas, parcialmente livres dos processos de alienação que têm origem na separação entre trabalhadores e meios de produção, no entanto seu desenvolvimento pode ser minado pelas leis do mercado que podem desvirtuar seu sentido emancipatório.

SÍNTESE DA UNIDADE 4



Nesta Unidade estudamos sobre o surgimento da economia solidária e alguns dos seus princípios fundamentais que se fundam na cooperação e na solidariedade entre os trabalhadores e na posse coletiva dos meios de produção, assim como na divisão dos lucros e dos riscos que envolvem o processo produtivo. Também abordamos a produção solidária como uma alternativa de inserção social para aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho em decorrência do desemprego estrutural.

Referências



- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 9-23.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- ANTUNES, R. Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho. *Cadernos de capacitação em serviço social e política social*. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999. p. 17-31.
- ARAÚJO, V. M.; LIMA, I. B. Capitalismo global e economia solidária debates e desafios. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. *Anais...* Brasília: Sober, 2007. p. 1-11.
- BARROCO, M. L. S. *Ética e serviço social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2008.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTEL, R. As transformações da questão social. In: WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YASBEK, M. C. (Orgs.). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 2000. p. 235-264.
- CATTANI, A. D. Taylorismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 309-311.
- COUTINHO, C. N. Notas sobre cidadania e modernidade. *Praia Vermelha*, vol. I, n. 1, Rio de Janeiro: UFRJ; DP&A, 1997. p. 145-165.
- GAIGER, L. I. G. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GALEAZZI, I. Precarização do trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 242-247.
- HABERMAS, J. *Técnica e Ciência como ideologia*. São Paulo: Os Pensadores, 1975.
- HUSSON, M. *Miséria do capital: uma crítica do neoliberalismo*. Lisboa: Terramar, 1999.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, O. O mundo do trabalho. In: FREITAS, M. C. (Org.). *A reinvenção do futuro*. São Paulo: Cortez. 1999. p. 15-54.

KAMEYAMA, N. Notas introdutórias para a discussão sobre a reestruturação produtiva e serviço social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 7-22.

LARANGEIRA, S. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p. 123-127.

MANCE, E. A. *Redes de colaboração solidária – aspectos econômicos – filosóficos: complexidade e libertação*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. *O capital*. 13. ed. Livro 1. Rio de Janeiro: Beltrand, 1989. V. I e V. II.

MARX, K. *Manuscritos econômicos filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23-44.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*, Brasília: Abepss; Graflin, n. 3, ano II, p. 41-49, jan./jun. 2001.

PEREIRA, P. A. P. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. *CADERNOS DE capacitação em serviço social e política social*. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999. p. 47-58.

SANDRONI, P. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2003.

SINGER, P. *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. Disponível em: <www.ces.uc.pt/emancip/research/pt/ft/difusão>. Acesso em: 24 nov. 2011.

SINGER, P. Economia solidária: entrevista com Paul Singer. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 22, n. 62, jan./apr. 2007.